

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

O objeto do presente termo de referência é a contratação de Show da “**BANDA THIMBAHIA**”, com acompanhamento de Produção Técnica e Efeitos de Palco, com repertório de Axé Music à escolha do artista, na participação do evento “Porto Folia 2026” no Município de Porto Murtinho/MS, com apresentações a serem realizadas nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2026, com duração mínima de 03 (três) horas por apresentação.

2- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 O Show será realizado nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2026, conforme horário a definir pelo município, com duração de no mínimo 03 (três) horas por apresentação.

2.2 Incluso cachê artístico, Transporte dos integrantes da banda e gastos de viagem, bem como as despesas e custos de qualquer natureza e demais despesas, diretas ou indiretas relacionadas com o fornecimento dos serviços e impostos da nota fiscal, será de responsabilidade da CONTRATADA.

2.2.1. A banda é composta por 16 (dezesseis) componentes.

2.2.2. Relação dos instrumentos e integrantes da banda:

2.2.3. 01 cantor

2.2.4. 01 cantora

2.2.5. 01 dançarino

2.2.6. 01 dançarina

2.2.7. 07 músicos

2.2.8. 01 técnico de som

2.2.9. 01 produtora

2.2.10. 01 rodie

2.2.11. 02 motoristas



1.2. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

1.2.1. Os serviços deverão ser executados na Praça de Eventos José Barbosa de Souza Coelho, localizada na Av. Rio Branco, s/nº, centro do Município de Porto Murtinho/MS, nas Festividades do Carnaval **"Porto Folia 2026"** nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2026, conforme horário a definir pelo município, com duração de no mínimo 03 (três) horas por apresentação.

1.2.2. A execução do serviço deverá ser feita de forma integral, conforme Autorização de Fornecimento emitida, na Praça de Eventos José Barbosa de Souza Coelho, localizada na Av. Rio Branco, s/nº, centro - Porto Murtinho/MS.

1.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e contrato.

1.2.4. O início previsto para apresentação de Show da THIMBAHIA, será conforme horário a definir pelo município, nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2026.

2 – VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contada a partir da data de assinatura do mesmo.

3 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente termo de referência visa atender as festividades **"PORTO FOLIA 2026"** ressaltando as comemorações do carnaval em nosso município que é uma festa popular, tradicional, realizadas em quase todos os anos, constituindo-se em importante instrumento para incremento de receita em razão de grande fluxo de turistas que visitam a região, aquecida pela abertura da pesca esportiva nos rios do estado, as quais representam uma expressiva movimentação turísticas na cidade. Como se sabe esses dois eventos aquecem economia do nosso município, abrindo oportunidade no ramo do comércio, do turismo e das atividades de serviços. O impacto das festividades é evidente em setores como os de hotelaria, alimentação, comércio, transporte e nas atividades ligadas a lazer, cultura, Turismo e entretenimento.

4 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.5. De acordo com o Art. 117, da Lei 14.133, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado para esse fim, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando, o que for necessário, à regularização das faltas ou dos defeitos observados. Desse modo, será designado como fiscal para este contrato a servidora Julianne Izabela Contrera Torres – Matrícula: 679807, lotada na Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico e, como substituta, a servidora Diana Morinigo Velazquez – Matrícula: 442/01, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento.

4.6. O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará(ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5. DO PAGAMENTO

5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 60% do valor contratual na assinatura do contrato, equivalente a R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), mediante a contratada apresentar de acordo com o § 1º optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

5.2 e o pagamento de 40% restante do valor do contrato 01 (um) dia útil após apresentação conforme regras previstas no contrato, equivalente a R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

A Nota fiscal de pagamento deverá ser encaminhada juntamente com as certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei nº 14.133/2021, a saber:

5.2.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND (**INSS**), mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.2.2 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei;

5.2.3 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei;

5.2.4 A comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

5.2.5 Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade do FGTS.

5.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

6 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021:

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Verifica-se que, estão preenchidos os requisitos legais para dispensa. A contratação direta em razão de inviabilidade de competição para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Com efeito, reconheceu o legislador que a contratação de artistas enseja a inexigibilidade de licitação, haja vista que, sob determinadas condicionantes, torna inviável a competição, mormente tomando-se em conta que a arte não é uma ciência, não segue métodos, não é objetiva, sua avaliação baseia-se na criatividade e em critérios subjetivos. Assim, a própria lei reconhece inviável a competição quando: a) trata-se de artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública; e, ainda, b) condicionando a contratação diretamente ou através de empresário exclusivo.

6.2. Artistas Consagrados

A escolha dos artistas, sob análise, decorre da sua consagração perante a crítica especializada e, principalmente, opinião pública.

Aqui, não se pode deixar de destacar, estamos diante da contratação de artistas do meio musical, cuja justificativa por sua escolha decorre de aspectos subjetivos, sobretudo do gosto popular.

Assim, são bastante conhecidos em vários municípios no Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil, reconhecida por sua capacidade em animar multidões, possuindo larga experiência na condução de shows artísticos musicais de carnaval para grandes plateias, sobretudo em trio elétrico, arenas de show e praças públicas, agradando todo o público.

Os artistas são conhecidos por tocarem ritmos do Axé Music, sendo composta por músicos de excelente qualidade técnica, além de dançarinos que contribuem com engrandecimento do espetáculo.

A ótima qualidade dos serviços prestados pela Banda THIMBAHIA, além de serem reconhecidas pelo mercado, já foi testada e aprovada em outros festejos.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

Comprovando estamos diante de artistas consagrados, anexamos cópias de matérias jornalistas publicadas sobre a Banda.

6.3. Diretamente ou empresário exclusivo

O outro requisito exigido na lei impõe que a contratação seja realizada diretamente com os artistas ou através de empresa que detém de exclusividade.

Não se pode deixar de observar, no entanto, que no meio artístico existem ramos, como, por exemplo, o relativo à música popular, em que os artistas se valem dos serviços de empresário, ou assessores especialmente em face do volume de compromissos que assumem, uma vez que se lhes fosse atribuído gerenciar os contratos, inevitavelmente descuariam da arte.

Assim, os próprios artistas indicaram a empresa a TB BUSSINESS EIRELI -CNPJ 21.771492/0001-99, estabelecida a Rua José Curiacos, nº 98, Bairro Jardim Conceição - CEP 13.402-262, na cidade de Piracicaba no Estado de São Paulo, como representante para tratar da formalização do contrato, atendendo a exigência legal.

7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) referente a 02 (duas) apresentações da Banda THIMBAHIA nos festejos do Carnaval de 2026 no Município de Porto Murtinho-MS, é condizente com o praticado no mercado se compararmos com outros serviços prestados pela banda.

Não se pode deixar de destacar que estamos pretendendo a contratação de artistas consagrados pela crítica especializada e pela opinião pública, cuja participação na Festa do município terá a capacidade de atrair diversos visitantes, incrementando, ainda mais, a economia local, contribuindo para a divulgação e fortalecimento da festa e do turismo.

Demais disso, o preço de qualquer serviço ou produto é determinado em razão da Lei da oferta e da procura. Neste período, por sua vez, diversos municípios de todo o estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil realizam festas carnavalescas provocando aumento significativo na procura por cantores e bandas.

8 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária:

Órgão 14 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico
Unidade 01 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico
Proj. /Ati. 2.168 Promoção e Valorização da Cultura Local
Elemento: 3.3.90.39
Detalhamento do elemento de despesa: 23 – festividades e Homenagens
Outros serviços de terceiros –Pessoa Jurídica
Código reduzido: 113
Fonte de Recurso: 1500

9 – DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

- a) Poderão participar do processo de contratação, quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com os serviços que serão prestados e ainda, que satisfaçam as condições deste Termo de Referência;
- b) Justificativa de preços acompanhada de contratos anteriores, notas fiscais ou notas de empenho que comprovem os valores pagos (compatibilidade entre os valores praticados pela pessoa jurídica).
- c) Documentos que comprovem o reconhecimento do profissional pela “opinião pública ou crítica especializada”, tais como portfólios, currículos, matérias de jornal/site ou outro meio de comunicação, etc.
- d) Memorial descritivo dos serviços a serem realizados contendo as condições de execução dos serviços e as obrigações.
- e) Proposta de preços do contratado, especificando os custos.

9.1 - Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

9.1.1. Cópia Requerimento de empresário ou contato social da empresa, juntamente com a cópia dos documentos pessoais (CPF E RG) dos sócios.



9.1.2. Carta de Exclusividade do artista com firma reconhecida (sem data especificada), quando for o caso da empresa representar um artista que não faz parte do quadro societário.

9.1.3. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.1.4. Justificativa de preços acompanhada de contratos anteriores, notas fiscais ou notas de empenho que comprovem os valores pagos (compatibilidade entre os valores praticados pela pessoa jurídica).

9.1.5. Proposta de preços do contratado, especificando os custos.

9.1.6. Documentos que comprovem o reconhecimento do profissional pela “opinião pública ou crítica especializada”, tais como portfólios, currículos, matérias de jornal/site ou outro meio de comunicação, etc.

9.2 - Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

9.2.2. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou Certidões Individuais até a expiração de seu prazo de validade.

9.2.3. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei.

9.2.4. Prova de inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.

9.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISSQN), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.

9.2.7. Alvará de Localização e Funcionamento.



9.3 - Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

9.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. A CONTRATADA se responsabilizará pela animação do evento, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos e subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Administração.

10.2 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de Inexigibilidade, durante a execução do contrato.

10.3. A empresa CONTRATADA se responsabilizará para que nenhum fato superveniente atrapalhe a realização do evento, quanto a falha na apresentação ou de seu pessoal;

10.4. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - código da Defesa do consumidor.

10.5. A CONTRATADA se responsabilizará por toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução dos serviços, que será de inteira responsabilidade da contratada e não terá qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, sendo, ainda de sua responsabilidade todos os encargos previdenciários, sociais e de qualquer natureza decorrentes da relação de trabalho, e ainda, de quaisquer outras despesas que fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao Cachê, Transporte, e demais gastos decorrentes da execução dos serviços realizados pelos integrantes da banda e equipe até o local do Show.

10.6. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer todos os instrumentos musicais dos componentes da banda;

10.7. Fornecer o objeto de acordo com a autorização de fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS;

10.8. Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas no contrato;



10.9. O prestador dos serviços deverá disponibilizar a quantidade de funcionários quantos forem necessários para a prestação dos serviços no prazo estipulado, e em caso de não atendimento neste prazo estará sujeita as sanções editalícias;

10.10. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços;

10.11. Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades dos serviços contratados;

10.12. Relatar a CONTRATANTE, imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada no decorrer da execução dos serviços;

10.13. Responsabilizarem-se por quaisquer danos que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, por ação ou omissão de seu funcionário, adotando-se, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, precedendo em qualquer caso, à devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s);

10.14. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências onde serão executados os serviços e vice-versa, por meios próprios.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Fica a Contratante submetida ao cumprimento das incumbências elencadas abaixo:

11.1.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

11.1.2. As despesas decorrentes de toda a estrutura necessária para a realização do show, Palco, Som, Iluminação e Camarim para atender a Banda, serão de responsabilidade da CONTRATANTE;

11.1.3 A contratante fornecerá hospedagem e alimentação, para toda a equipe da banda, durante os dias de realização das apresentações, conforme avençado no contrato a ser assinado;

11.1.4. Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas na Lei 14.133/21;

11.1.5. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

11.1.6. Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no contrato e seus anexos, através de servidor especialmente designado. Ainda, não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada, pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas nesta especificação nem por quaisquer danos, inclusive a terceiros ou mesmo irregularidades constatadas;

11.1.7. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.1.8. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da empresa contratada;

11.1.9. Efetuar a transferência dos valores necessários pelos serviços efetivamente contratados para o respectivo evento, na forma e prazo estabelecidos no contrato;

11.1.10. Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no contrato;

11.1.11. Administração se reserva o direito de suspender a prestação de serviços em desacordo com o pactuado entre as partes;

11.1.12. Rejeitar, no todo ou em parte a prestação dos serviços caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

Porto Murtinho-MS, 08 de janeiro de 2026.



Julianne Izabela Contrera Torres

CPF: 034.940.451-86

Responsável pela Elaboração de TR

Aprovado por:



PATRICIA MOREIRA ACOSTA

-Secretária de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico-
Decreto Nº 17.123/2026